

TRAMA GOLPISTA

“Provas robustas” contra suspeitos

Moraes mantém proibição de comunicação entre investigados de tentar golpe de Estado. Para PF, contato poderia atrapalhar apurações

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a proibição de contato entre os investigados por tentativa de golpe de Estado. O magistrado negou um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que reconsiderasse a determinação, feita na semana passada, ao autorizar o cumprimento de mandados de busca e apreensão e de prisão no âmbito da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal.

Os alvos das diligências são acusados de articular um golpe de Estado. Entre os nomes citados no inquérito estão o ex-presidente Jair Bolsonaro; o general Augusto Heleno, que foi chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); e os ex-ministros da Defesa Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira.

Moraes afirmou que a comunicação não pode ser estabelecida mesmo via terceiros, nem por e-mail ou outros meios físicos ou virtuais. “De fato, a representação policial, devidamente amparada por robustos elementos de informação, indica o funcionamento de um grupo criminoso que, de forma coordenada e estruturada, atuava nitidamente para viabilizar e concretizar a decretação de medidas de ruptura institucional”, escreveu o magistrado.

“A Polícia Federal aponta provas robustas de que os investigados concorreram para o processo de planejamento e execução de um golpe de Estado, que não se consumou por circunstâncias alheias às suas vontades. Dessa maneira, os investigados não poderão comunicar-se entre si, seja pessoalmente, seja por telefone, e-mail, cartas ou qualquer outro método, inclusive estando vedada a comunicação dos investigados realizada por intermédio de terceira pessoa, sejam familiares, amigos ou advogados, para que não haja indevida

Antonio Augusto/SCO/STF



Moraes afirmou que a comunicação não pode ser estabelecida mesmo via terceiros, nem por e-mail ou outros meios físicos ou virtuais



A Polícia Federal aponta provas robustas de que os investigados concorreram para o processo de planejamento e execução de um golpe de Estado, que não se consumou por circunstâncias alheias às suas vontades”

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

interferência no processo investigativo, como já determinei em inúmeras investigações semelhantes”, acrescentou.

Na decisão anterior, Moraes determinou a “proibição de contato entre os investigados, inclusive por meio de seus advogados”. De acordo com a decisão, a PF apontou que a comunicação entre os suspeitos poderia colocar em risco as próprias investigações. No entanto, para não declarar a prisão preventiva dos suspeitos, a autoridade policial solicitou a aplicação das medidas, que incluem a proibição de deixar o país e o recolhimento do passaporte.

Bolsonaro, Heleno e os demais foram alvos de busca e apreensão e tiveram celulares,

pendrives e outros itens de informática recolhidos durante as diligências.

Alegação

O trecho da decisão de Moraes, da semana passada, provocou confusão e alguns advogados alegaram que a forma como foi escrita abria margem para que advogados dos suspeitos fossem impedidos de se comunicar entre si. Por conta disso, a OAB decidiu ingressar com recurso pedindo que a determinação fosse revista para não violar prerrogativas garantidas aos profissionais da advocacia — o que atingiria a possibilidade de defesa dos acusados.

No entanto, Moraes esclareceu que a vedação não impede

conversas entre os defensores, mas, sim, atende a um pedido da Polícia Federal. A Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o pedido da autoridade policial.

“Em momento algum houve qualquer vedação de comunicação entre os advogados e seus clientes ou entre os diversos advogados dos investigados, não restando, portanto, qualquer ferimento às prerrogativas da advocacia, razão pela qual mantendo a decisão, pois, conforme pleiteado pelo Conselho Federal da OAB, estão mantidos integralmente ‘o direito à liberdade do exercício profissional e o direito à comunicação resguardado constitucionalmente’”, completou.

Caso do atrito em Roma

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), se declarou impedido e não vai participar do julgamento sobre o sigilo imposto ao vídeo do entrevista em que se envolveu no aeroporto de Roma, em julho do ano passado.

Os magistrados vão decidir se confirmam ou não a decisão do relator, Dias Toffoli, que mantém a gravação em segredo de Justiça e se recusa a compartilhar cópias com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e com a defesa dos empresários investigados por hostilidades a Moraes.

O julgamento ocorre no plenário virtual do STF. Os ministros têm uma semana — até a próxima sexta — para registrar o voto na plataforma virtual, sem debate ou reunião do colegiado.

Até o momento, apenas o próprio Toffoli votou, mantendo o posicionamento que apresentou na decisão monocrática.

A Polícia Federal apresentou o relatório final da investigação na quinta-feira, com a conclusão de que o empresário Roberto Mantovani cometeu o crime de “injúria real” — emprego de violência ou vias de fato para ofender a dignidade ou o decoro de alguém. A corporação decidiu não indiciá-lo porque o crime tem menor potencial ofensivo. Isso não significa que ele foi inocentado. A PGR ainda precisa decidir se é o caso de denunciá-lo.

Ao se declarar impedido para decidir sobre o sigilo imposto ao vídeo ao aeroporto, Moraes sinaliza que também não deve participar do julgamento final do caso, se houver denúncia.

O movimento do ministro acontece em um momento em que a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) questiona sua atuação e pleiteia que ele se declare suspeito para conduzir o inquérito da tentativa de golpe de Estado. Os advogados pediram que a investigação seja redistribuída e que as decisões tomadas por Moraes, anuladas por falta de imparcialidade.

A PF descobriu que Moraes foi monitorado clandestinamente e que aliados próximos de Bolsonaro envolvidos na trama golpista queriam a prisão do ministro. Nesse caso, a chance de o recurso prosperar é pequena. O STF já validou a atuação de ministros em situações semelhantes, como no julgamento do ex-deputado Daniel Silveira (PTB-RJ).

O voto de Toffoli

Ao votar para manter o vídeo em sigilo, Toffoli argumentou que seria “premature” permitir o compartilhamento de cópias das filmagens na fase de investigação.

“Admitir a incidência do contraditório no inquérito em matéria probatória equivaleria, em apertada síntese, a dar antecipados conhecimento e oportunidade de manifestação aos envolvidos no procedimento, para lhes possibilitar reação prévia; o que é incompatível com a natureza do inquérito, especialmente no tocante à arrecadação de elementos informativos”, escreveu.

Ele reiterou que o material está disponível para os advogados assistirem. Eles só não podem levar consigo uma versão.

Toffoli afirma, ainda, que colocou o material em sigilo como “precaução” para preservar a imagem dos envolvidos.

Os ministros julgam recursos dos empresários e da PGR contra o sigilo do vídeo. O criminalista Ralph Tórtima Stettinger Filho, que lidera a defesa, insiste em uma perícia privada e ressalta que o trabalho depende do acesso irrestrito ao material. O argumento é de que um perito particular não teria condições adequadas para produzir seu relatório sem uma cópia da mídia.

Lista de presença em ato e apelo a apoiadores

Natanael Alves/PL



Bolsonaro diz que ato será só na Paulista e pede que apoiadores não façam manifestações em outras cidades

» ÁNDREA MALCHER
» INGRID SOARES

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), confirmou, ontem, presença no ato em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), previsto para ocorrer na Avenida Paulista, no próximo dia 25. “Tenho uma gratidão muito grande ao presidente Bolsonaro”, justificou o pré-candidato à reeleição, escolhido para receber o apoio do PL e do ex-chefe do Executivo.

“(Bolsonaro) Deve me apoiar, portanto, evidentemente, eu também preciso ser solidário e parceiro. A minha parceria, a minha amizade com o (governador) Tarcísio (de Freitas) é importante. Lógico, está longe, pode ser que mude alguma coisa de agenda, mas a tendência é que eu vá, inclusive, com o Tarcísio. Se ele me der carona no carro, nós vamos juntos”, comentou.

Também cobrado a estar presente, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que já não usufrui tanto do apoio bolsonarista, confirmou que comparecerá à manifestação, idealizada pelo pastor Silas Malafaia.

Na quinta-feira, o líder evangélico afirmou que o evento seria realizado com recursos da Associação Vitória em Cristo, comandada por ele e mantida com doações e ofertas de fiéis. No entanto, recuou ontem. Declarou que vai custear os gastos com trio elétrico e demais necessidades do próprio bolso.

A manifestação deverá contar com uma grande ala de ex-ministros e parlamentares aliados, como os ex-ministros da Secretaria da Comunicação Social da Presidência (Secom) Fabio Wajngarten; os deputados Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS)

e Ricardo Salles (PL-SP), também ex-ministro do Meio Ambiente; os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil, Jorge Seif (PL-SC), ex-secretário de Pesca e Aquicultura, e Marcos Pontes (PL-SP), ex-ministro da Ciência e Tecnologia.

O líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), alvo da Operação Lesa-Pátria, em janeiro, e investigado por envolvimento com os atos golpistas de 8 de janeiro, também é um nome confirmado para o ato.

Outro que promete marcar presença é o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o deputado Pedro Lupion (PP-PR). A FPA possui 324 deputados e 50 senadores e manteve relação próxima a Bolsonaro durante seu mandato.

A lista de apoio conta, ainda, com os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG), Carla Zambelli (PL-SP), Marcos Pollon (PL-MS),

Pastor Marco Feliciano (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF) e o senador Magno Malta (PL-ES).

Polícia Federal

O chamado de Bolsonaro ao ato na Avenida Paulista ocorreu uma semana após a Operação Tempus Veritatis, deflagrada no último dia 8 pela Polícia Federal, e a retirada de sigilo, por parte do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), do vídeo da reunião de 5 de julho de 2022. A íntegra das imagens mostra o encontro do então presidente com membros da alta cúpula de seu governo. O vídeo faz parte da investigação sobre tentativa de golpe de Estado.

A manifestação promete, no entanto, ser diferente das anteriores. Bolsonaro publicou um vídeo em suas redes sociais, ontem, afirmando que o ato em

São Paulo será “sério, disciplinado e pacífico pelo nosso Estado Democrático de Direito e pela nossa liberdade” e fez um apelo: “Quero me dirigir às pessoas que não podem comparecer porque moram longe, não tem meios e é plenamente justificado. Eu quero apelar. Não façam movimentos em outros municípios nem de manhã e nem de tarde”, pediu.

O ex-presidente também pediu que os manifestantes “não levem faixas ou cartazes contra quem quer que seja” (**leia Memória**). “Por favor. O movimento é para a Paulista, exclusivo. Não marquem, repito, nem compareçam em nenhum movimento fora da capital de São Paulo. Colabore conosco. É uma grande fotografia. Um momento ímpar para mostrarmos para o mundo, de verde e amarelo, sem faixas e sem cartazes, o que nós queremos, que é Deus, pátria, família e liberdade”, emendou.

Memória

Pedidos de intervenção

Em manifestações anteriores convocadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, tornou-se comum a exibição de faixas pedindo intervenção federal e atacando ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse será o primeiro bolsonarista convocado pessoalmente pelo ex-presidente desde o 8 de janeiro, quando apoiadores dele protagonizaram o ataque às sedes dos Três Poderes, em Brasília.

» Sem vaquinha

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu a aliados e parlamentares bolsonaristas que não contribuam com campanhas de arrecadação de dinheiro que tenham como objetivo financiar o ato marcado para o próximo dia 25, na Avenida Paulista, em São Paulo. Em mensagem encaminhada a deputados, ele diz que a organização da manifestação “não precisa de recursos”. “Comunico que o evento de 25/fevereiro tem uma coordenação. Não precisamos de recursos. Quem porventura esteja pedindo dinheiro (vaquinha) para o evento, não conta com nosso apoio. Não contribua”, escreveu o ex-presidente em mensagem enviada aos aliados.